

Visão e o cheiro dos mortos: uma experiência etnográfica no Instituto Médico-Legal

FLAVIA MEDEIROS

Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, Brasil.

DOI 10.11606/issn.2316-9133.v23i23p77-89

resumo Neste artigo irei apresentar e analisar duas circunstâncias diferentes da “experiência etnográfica” que obtive ao realizar trabalho de campo no Instituto Médico-Legal do Rio de Janeiro (IML). A “primeira impressão” ao estar em contato com o campo e ver corpos mortos; e a “experiência reveladora”, que ocorreu quando a pesquisa já estava em andamento, e me demonstrou como o cheiro é um elemento constitutivo das relações dos que circulam cotidianamente entres os corredores e salas do IML. Para tanto, acionando a percepção de dois sentidos humanos – a visão e o olfato –, analiso como no contexto pesquisado estes são ferramentas daqueles cuja principal atividade é a manipulação de corpos mortos (médicos legistas, papiloscopistas legistas e técnicos de necrópsia). Discuto ainda como, ao realizar trabalho de campo entre mortos, identifiquei as percepções visuais e olfativas como ferramentas metodológicas centrais para a reflexão da “experiência etnográfica.”

palavras-chave Etnografia; Mortos; Olfato; Visão; Instituto Médico-Legal.

Sight and smell of corpses: an ethnographic experience in the Forensic Medicine Institute

abstract In this article I will present and analyze two different circumstances in “ethnographic experience” that got me while performing fieldwork in the Medical-Legal Institute in Rio de Janeiro. The “first impression” being in touch with the field and see the dead bodies; and

“revelatory experience” that occurred when the research was already underway, and showed me how the smell is a constitutive element of the relationship among people that circulate daily in the hallways and rooms of the IML. For this, I use my perception of two human senses: vision and smell. And I analyze them as tools that I mobilized for conducting fieldwork with informants whose main activity was handling with dead bodies. Thus, I present how conducting fieldwork among the dead I have identified my visual and olfactory perceptions as central methodological tools for reflection for my ethnographic experience.

keywords Ethnography; Dead; Smell; Vision; Medical Legal Institute.

Introdução

Na Antropologia, diversos trabalhos apresentam como a percepção e posterior classificação dos sentidos humanos, e também os possíveis usos metafóricos destes, conformam um importante objeto para a análise etnográfica (cf. CLASSEN, 1993, 1997; BUBANDT, 1998; VIVEIROS DE CASTRO, 2002; HOWES, 2004; OVERING, 2006; RENOLDI, 2006). Ao acessar e compreender as experiências de ser e habitar o mundo, na continuidade e diferenças construídas culturalmente entre o corpo e a mente (INGOLD, 2000), aciona-se a percepção dos sentidos humanos, e a experiência advinda daí passa a compor a etnografia

e elucidar formas possíveis de relação com o meio ambiente e o mundo cotidiano.

Construído pela “prática etnográfica”, que tem no olhar sua principal ferramenta, esse conhecimento sobre o outro é fruto da observação planejada e continuada (cf. MAGNANI, 2009, p. 151). Na realização contínua desse exercício, porém, a etnografia também passa a ser vislumbrada como uma experiência através da qual o pesquisador não apenas acessa e compreende os elementos acionados pelos interlocutores, como também é movido, durante o trabalho de campo, a perceber a partir de seus próprios meios, do seu “organismo/pessoa”, aquele meio ambiente no qual está imerso, acessando assim um novo mundo para si (INGOLD, 2000, p.153). E, nesta direção, constitui a “experiência etnográfica”, que desenvolve “tipos não-visuais de percepção”, tendo o cheiro como uma de suas alternativas para abranger os diferentes estímulos provocados na realização do trabalho de campo (BUBANDT, 1998, p. 49).

Neste artigo tenho como objetivo refletir acerca da minha “experiência etnográfica”, durante o trabalho de campo¹ que realizei no Instituto Médico-Legal do Rio de Janeiro,² analisando aquele ambiente a partir de duas formas de percepção: a visão e o olfato. Para cada uma delas, destacarei uma circunstância distinta da “experiência etnográfica” que obtive. Na primeira, o olhar, ferramenta de percepção tradicional da antropologia, se fez central e é apresentado por meio da “primeira impressão” ao estar em contato com o campo e ver corpos humanos sem vida. A outra circunstância descrita tem o cheiro como forma de percepção que, em uma “experiência reveladora”, se demonstrou como um elemento constitutivo das relações dos que circulam cotidianamente entres os corredores e salas do IML.

Ademais, minhas percepções, acionadas como ferramentas que mobilizei para a realização do

trabalho de campo, visão e cheiro foram a mim apresentadas como habilidades desenvolvidas por médicos legistas, papiloscopistas e técnicos de necrópsia que, naquele contexto, tinham como principal atividade a manipulação de corpos mortos. Neste sentido, ao refletir sobre questões oriundas da realização do trabalho de campo entre mortos, demonstrei como percepções sensoriais se apresentam como ferramentas metodológicas na reflexão da experiência etnográfica, ao mesmo tempo em que foram um elemento relevante na comunicação que estabeleci com meus interlocutores.

A seguir, o artigo está organizado da seguinte forma: primeiramente cotejo o trabalho de campo realizado no IML com aqueles que manipulavam corpos mortos. Em seguida, apresento as representações e opiniões de colegas, amigos e familiares sobre os mortos e o IML, e como essas me permitiram compreender as relações de “pureza” e “perigo” (DOUGLAS, 2010) socialmente estabelecidas em relação aos mortos. Posteriormente, descrevo a minha “primeira impressão” (MAGNANI, 2009) no trabalho de campo e demonstro como o ver e o estar em contato com mortos permitiram-me acessar as “intensidades específicas”, ou seja, os “afetos [...] que geralmente não são significáveis” (FAVRET-SAADA, 2005, p. 159) e que, por sua vez, tornaram possível a naturalização da relação de ver e estar em contato com os cadáveres. A seguir, descrevo a “experiência reveladora” (MAGNANI, 2009) na qual o cheiro de um cadáver específico me alertou para como o odor que preenchia o espaço e impregnava os corpos auxiliava na classificação dos cadáveres, na organização do espaço e marcava as relações no meio ambiente. Além disso, demonstro como para aqueles que têm a habilidade do *faro*,³ o olfato é ferramenta de organização nas relações no tempo e no espaço. Por fim, reflito sobre como essa experiência etnográfica possibilitou compreender aspectos referentes ao ambiente por mim observado e de qual forma uma etnografia que leve em conta a multiplicidade das

percepções é o meio que o antropólogo possui de construir conhecimento sobre o outro, tanto quanto (re)construir-se após a passagem pelo trabalho de campo.

O Instituto Médico-Legal

O IML é onde corpos sem vida encontram a morte e, por meio de técnicas da medicina-legal e de procedimentos burocráticos e policiais, são definidos como mortos, sendo a morte institucionalizada. A partir dos processos de institucionalização e distanciamento da morte, “tudo se passa na cidade como se já ninguém morresse” (ARIÈS, 1988, p. 310), mas, no IML, a caixa preta das vítimas fatais da cidade do Rio de Janeiro, tudo se passa como se, na cidade, todo mundo estivesse, a todo tempo, morrendo.

O Instituto Médico Legal Afrânio Peixoto, nome oficial do IML do Rio de Janeiro, está inscrito na estrutura da Secretaria de Estado de Segurança, subordinado diretamente à chefia da Polícia Civil, no grupo de instituições denominado Polícia Técnico-Científica. Além do IML, compõem esse grupo: o Instituto de Criminalística Carlos Éboli (ICCE); o Instituto de Identificação Félix Pacheco (IIFP); o Instituto de Perícias e Pesquisa em Genéticas Forense (IPPGF); e os Postos Regionais de Polícia Técnico-Científica.

O IML está localizado na Leopoldina, região central da cidade do Rio de Janeiro, e funciona num prédio de cinco andares que fora construído, no ano de 2009, com a finalidade de abrigar esse instituto. No IML são realizadas perícias médico-legais em corpos humanos com e sem vida. Tais procedimentos visam à construção de documentos públicos que permitam estabelecer uma verdade médico-legal sobre os corpos, envolvidos ocasionalmente em algum tipo de ocorrência policial.

No que se refere aos corpos humanos sem vida, são executados exames necroscópicos que possibilitam identificar a *causa mortis*, ou melhor, a defini-la em termos médico-legais de *mortes violentas* ou daquelas que não tenham diagnóstico médico conclusivo. Assim, vítimas fatais de acidentes de trânsito; projéteis por arma de fogo (PAF); perfuração por arma branca (PAB); incêndios; afogamentos; atropelamento; desabamentos; envenenamento; suicídios; acidentes em geral; ossadas; partes de corpos humanos – denominados despojos; cadáveres encontrados em via pública, residência ou estabelecimento comercial; fetos e alguns indivíduos que morrem em estabelecimentos de saúde têm seus corpos encaminhados ao IML. São esses cadáveres que ocupam as salas e circulam entre os corredores do Serviço de Necrópsia do IML. Lá a morte não está escondida, ela é um “acontecimento” (SAHLINS, 1990), pois faz parte do cotidiano. Numa sociedade onde a morte não é bem-vinda e os mortos são continua, ritual e burocraticamente expulsos de suas relações sociais, pode-se afirmar que o IML é o esconderijo do “tabu da morte” (RODRIGUES, 2006).

Inicialmente, meu objetivo era compreender os procedimentos realizados em relação aos cadáveres, bem como identificar as lógicas e os valores morais acionados pelos funcionários dessa instituição no trabalho cotidiano com corpos sem vida. Assim, durante o trabalho de campo, observei como uma série de procedimentos referentes aos mortos eram realizados com a finalidade de produzir a identificação civil e estabelecer a *causa mortis* de um cadáver por meio dos exames médico-legais. Meus interlocutores se referiam a este conjunto de procedimentos, que denominei de “construção institucional de mortos” (MEDEIROS, 2012), como “matar o morto”. Como demonstrarei ao longo do artigo, tendo como referência direta o corpo sem vida, tais procedimentos construíam

classificações sobre os mortos, projetando neles ações e ativando suas relações sociais.

Quem vê, nem acredita que ela possa fazer um trabalho de campo desses!

Ao contar a colegas, familiares e até professores no programa de pós-graduação onde seria meu trabalho de campo, sempre recebia reações, fossem elas de surpresa, nojo ou preocupação. Alguns diziam: *você é maluca!*, outros achavam *corajoso, maneiro, mórbido, sádico, interessante*. Não me recordo de alguém que tenha ficado apático. Ninguém disfarçava surpresa, nojo, admiração ou preocupação todas as vezes que eu falava sobre minha pesquisa.

Muitas pessoas não viam em mim alguém que pudesse trabalhar no IML. *Nossa, tão bonitinha, tão novinha, tão limpinha. Quem vê, nem acredita que ela possa fazer um trabalho desses!*, me disse uma professora durante uma aula de Métodos em Antropologia. Quando vista como antropóloga fazendo pesquisa no IML, era atingida pelas preocupações dos outros, em especial preocupações de caráter emocional e espiritual, como demonstro adiante.

Após explicitar as motivações e explicar como construía as questões da pesquisa, as pessoas demonstravam interesse. Além de fazerem muitas perguntas em relação ao trabalho, lembravam-se de histórias pessoais ou que ouviram contar a respeito do IML. Muitas pessoas também me indicavam filmes e livros que remetiam à morte e aos mortos.

No entanto, a reação das pessoas colocava algumas questões a mim: por que tantas pessoas, apesar de curiosas e de terem algum tipo de conhecimento sobre a morte e os mortos, repudiavam *a priori* o Instituto Médico-Legal? Por que o fato de uma antropóloga realizar trabalho de campo com mortos era algo tão surpreendente? Por que, para muitos, escolhi

pesquisar num *lugar sujo, contaminado, fedido, carregado?*

Dente de alho

Diversas dicas e conselhos me foram apresentados e, em certa medida, me preocupei com eles. Uma amiga umbandista, ao saber de minha intenção de pesquisar no IML, recomendou-me o uso de um dente de alho junto ao peito, pois aquele *é um lugar muito pesado*. Eu também deveria tomar banhos especiais – por exemplo, com sabão de coco antes de ir, e com sal grosso ao voltar para casa. Os banhos, sempre do pescoço para baixo, e o dente de alho funcionariam como uma proteção para as energias ruins com as quais eu entraria em contato ao também circular naquele espaço. “*No IML as pessoas morreram com muito sofrimento, seus espíritos ainda não estão tranquilos e ficam procurando alguém vulnerável para ocupar*”, me explicou.

Muitos poderiam achar esse procedimento de banhos e dente de alho uma bobagem; outros, no entanto, creem nele e não deixariam de fazê-lo. Investindo em minha “experiência etnográfica”, optei pela combinação das duas e, apesar de achar que poderia ser uma bobagem, o fiz numa das vezes que fui ao IML. Não sei se pela crença no ritual ou por acreditar em minha amiga, mas o dente de alho foi comigo ao IML simplesmente para não ter na consciência o peso de não carregá-lo.

Como nos apresenta Mary Douglas (2010), qualquer noção de impureza se relaciona diretamente a determinado sistema de crenças que se propõe a organizar o mundo a partir de um sistema de classificação ideal. Ao tomar banho e colocar dente de alho no peito antes de entrar em contato com os mortos, expressei uma tentativa de me purificar e proteger-me, afastando os *maus espíritos* que por lá circulavam.

Dessa forma, eu mesma reafirmava esse sistema de crenças e reproduzia as representações de *nojo* e *contaminação* em relação à morte e aos mortos.

Quanto à visão oposta – de que o ritual primitivo nada tem em comum com nossas ideias de limpeza – lastimo por ser igualmente prejudicial ao entendimento do ritual. Nesta visão, nossos atos de lavar, escovar, isolar e desinfetar, têm somente uma semelhança superficial com purificações rituais. Nossas práticas são solidamente baseadas em higiene; as deles são simbólicas: nós matamos germes; eles afastam espíritos. (DOUGLAS, 2010, p. 47)

Não é que os “primitivos” apresentem aspectos apenas simbólicos ao que se refere à sujeira, enquanto “nós” – “ocidentais” e “modernos” – e “nossas ideias de sujeira” se refiram ao caráter higiênico (DOUGLAS, 2010, p. 49).⁴ O que é “*socialmente mal visto*” em nossa sociedade não é o IML, mas a própria ideia da morte que o IML e os mortos trazem. Os mortos são representantes da desordem nessa classificação sistemática, e o IML é o lugar onde os mortos são manipulados e as técnicas sobre estes são exercidas.

Portanto, o que se expressa pelas reações e impressões que descrevi pode ser pensado como repúdio e desejo de distanciamento por parte daqueles cuja noção não admite a morte como parte da vida. “Resumindo, nosso comportamento de poluição é a reação que condena qualquer objeto ou ideia capaz de confundir ou contradizer classificações ideais” (DOUGLAS, 2010, p. 51).

Estando lá: “primeira impressão”

Deixando de lado as impressões e representações sobre o IML, passei a me focar em

como seria quando eu estivesse no trabalho de campo. Sabia que naquela instituição há uma grande diversidade de *estados do corpo*. Não seriam apenas corpos de pessoas inertes como eu já havia visto⁵, mas também *ossadas*, *carbonizados*, *despojos*, *putrefatos*, *baleados*, corpos com dimensões e formas alteradas etc. As impressões de professores, colegas, amigos e a fala dos meus interlocutores reforçavam que o IML era reconhecidamente o espaço dos mortos e da morte.

Ao se referir ao afeto, a antropóloga Favret-Saada (2005) apresenta uma nova forma de se relacionar com o trabalho de campo na qual ao “ser afetado”, o antropólogo permite se expor à dimensão do outro, ao afeto dos seus interlocutores, enfim, a se submeter à “experiência etnográfica”. Durante todo o tempo que estive fazendo trabalho de campo no IML, os policiais buscavam me ensinar como olhar os corpos e explicitavam sua compreensão acerca das relações de distanciamento naturalmente tomadas diante dos mortos e da morte. Na minha pesquisa, foi a partir da experiência cotidiana de meus interlocutores com os cadáveres que eu pude experimentar como era o ver e o estar em contato com os cadáveres.

Desde a “primeira impressão” foi assim. Vinte e sete de dezembro era a data que havia marcado com o papiloscopista que se disponibilizou a me auxiliar no início da pesquisa. Cheguei ao IML no horário marcado e, após passar pelo balcão, fui direto a sua sala. Lá, ele me perguntou se eu queria ver os mortos, ao que respondi que não era uma questão de querer, mas que poderia vê-los, sim. Naquela ocasião, ele havia combinado que iria me apresentar a estrutura do prédio do IML, e com a positividade de minha resposta, saímos pela entrada principal, passando pelo pátio – que também serve de estacionamento – e seguimos

pelos fundos do prédio, onde estava a porta pela qual os corpos entravam no instituto. Ao invés de fazer o percurso dos vivos, o papiloscopista optou por me mostrar o IML a partir do percurso feito pelos mortos.

Assim que subimos a rampa, havia o cadáver de uma senhora de aproximadamente 90 num caixão. Não me assustei, pois já esperava ver um morto e, talvez, porque, depois de tantos meses ouvindo histórias e absorvendo representações, esperasse por “algo pior”. Contudo a lembrança daquele corpo franzino e encolhido com a pele já num tom esverdeado, mal encaixado num caixão, por muito tempo foi facilmente acessada em minha mente.

Depois, seguimos pelo Setor de Necrópsia e passamos em frente às salas onde eram feitos os exames. Em uma delas o cadáver de uma mulher aguardava para ser aberto. Fomos até o Laboratório Necropapiloscópico, do lado oposto do corredor, pegar o E.P.I.⁶. Enquanto vestia as luvas, observava os potes de vidro com punhos, falanges e mãos carbonizados que boiavam nas soluções químicas. Tive a certeza de que naquele momento meu trabalho de campo havia começado. Minha sensação era de ansiedade, não apenas por ver outros corpos mortos, mas, principalmente, para ter certeza de que eu não teria nojo ou qualquer problema com cadáveres, pois disso dependia meu trabalho de campo. Hoje compreendo que minha ansiedade era em ver *naturalmente* os corpos.

Dirigimo-nos à câmara frigorífica. Quando passamos novamente pela sala de necrópsia, o corpo da mulher estava sendo aberto. Olhei rapidamente, mas não consegui ver nada. O papiloscopista abriu a porta da câmara frigorífica. Junto com a saída do vapor gelado, a minha ansiedade se resfriou. E então, pela primeira vez, passei a olhar atentamente para aquela coleção de corpos em gavetas, dos quais eu só conseguia ver os pés.

Com a porta da *geladeira* aberta, o papiloscopista me explicava como é o procedimento de organização de corpos ali. Foi quando um dos técnicos de necropsia, responsável pela remoção de corpos, se aproximou, nos cumprimentou e entrou na câmara. Lá olhou em três gavetas, abriu a terceira, viu o número de registro na placa de metal presa no dedão do pé do cadáver e preparou a *maca de remoção*. A funerária havia chegado para buscar o corpo. Saímos dali.

Voltávamos pelo mesmo corredor, e novamente passamos pela Sala de Necrópsia. O cadáver da mulher ainda era necropsiado enquanto o cadáver de um homem aguardava por sua vez na outra mesa. Um pouco depois, quando os exames já tinham sido realizados, fui com o papiloscopista até o Setor de Vestes para observá-lo coletar as digitais. Eram os cadáveres da mulher e do homem que eu vira minutos antes. Ela havia sofrido um infarto no miocárdio, e ele fora baleado no abdômen. Ambos os corpos estavam muito inchados. O papiloscopista iniciou seu procedimento de coleta de digitais pelas mãos da mulher.

Enquanto isso, contava-me sobre como começou a trabalhar com mortos. No começo tinha nojo; quando estava na Academia da Polícia Civil gastou todas as faltas que podia nas visitas do IML. A primeira vez que viu um morto *tão de perto na vida* foi quando começou a trabalhar nesse Instituto, e que a dica que deram para ele, a qual usa até hoje, é não olhar para o corpo, mas apenas para as mãos. *Eu não preciso de mais nada, só de saber se a digital tá boa ou não.*

Ao compartilhar como desenvolveu sua técnica para lidar, manipular e identificar cadáveres, o papiloscopista buscava demonstrar que, em certo nível, compreendia a sensação de ver corpos sem vida pela primeira vez, pois já havia

passado por ela. Ou melhor, além dela, afinal ele não apenas observava como inclusive deveria tocar e movimentar os corpos. Tentei seguir a dica por ele oferecida e me concentrar em olhar as mãos, mas a curiosidade de compreender a costura bizarra que atravessava longitudinalmente o corpo, a cabeça jogada para o lado direito, a língua quase que para fora da boca e as pernas inchadas daquele corpo atraíam meu olhar. Assim como aqueles que trabalham rotineiramente com os cadáveres, eu estava tentando ver um cadáver naturalmente.

A “comunicação involuntária” (FAVRET-SAADA, 2005) que estabelecia com meus interlocutores se dava nos momentos em que nenhuma fala podia significar a sensação de estar junto aos mortos por mais que se tentasse fazê-lo. Apesar de descrever minha experiência e as sensações que tive a partir delas, minha descrição não é capaz de transmitir tal afeto: “o próprio fato de que aceito ocupar esse lugar e ser afetada por ele abre uma comunicação específica com os nativos: uma comunicação sempre involuntária e desprovida de intencionalidade, e que pode ser verbal ou não”. (FAVRET-SAADA, 2005, p.159).

No final do dia, saí do IML e joguei fora o dente de alho que estava junto ao meu peito. Imagens iam e vinham na minha cabeça. Eram imagens de corpos mortos. E enquanto me dirigia ao ponto de ônibus e passava por transeuntes, rapidamente na minha mente via essas pessoas como corpos sem vida, deitadas nas macas de metal do IML aguardando pela necrópsia. Quanto mais eu me esforçava para não pensar em cadáveres, mais eu pensava. Eram cadáveres desconhecidos, de pessoas de quem não sabia o nome ou a *identificação*. Na tentativa de parar de ver imagens dos corpos, me esforçava para pensar em outras imagens. Buscando naturalizar o ver cadáveres, naquele momento, eu

simplesmente não queria pensar ou me importar com eles.

Assim que cheguei em casa, o primeiro desejo era de tomar banho. Sabia que qualquer risco de contaminação biológica ou sujeira é nulo⁷, mas a sensação era de que minhas roupas pesavam mais do que de costume.

Impureza ou sujeira é aquilo que não pode ser incluído, se se quiser manter um padrão. Reconhecê-lo é o primeiro passo para a compreensão da poluição. Não nos envolve numa distinção clara entre o sagrado e o secular. O mesmo princípio se aplica do começo ao fim. Outrossim, não envolve uma distinção especial entre primitivos e modernos: estamos todos sujeitos às mesmas regras. (DOUGLAS, 2010, p. 56).

Nesse dia foi difícil não retomar inconscientemente a imagem dos corpos. Fui deitar às onze horas da noite. Ainda me esforçava para pensar em outra coisa e tentei até ficar cansada de tanto forçar o pensamento, mas só consegui dormir poucas horas antes do amanhecer.

[...] quando um etnógrafo aceita ser afetado, isso não implica identificar-se com o ponto de vista nativo, nem aproveitar-se da experiência de campo para exercitar seu narcisismo. Aceitar ser afetado supõe, todavia, que se assuma o risco de ver seu projeto de conhecimento se desfazer. Pois se o projeto de conhecimento for onipresente, não acontece nada. Mas se acontece alguma coisa e se o projeto de conhecimento não se perde em meio a uma aventura, então uma etnografia é possível. (FAVRET-SAADA, 2005, p.160)

Em algumas semanas de observação, esse ver involuntário diminuiu. E, depois de algum tempo, o ver cadáveres já não me impressionava

tanto. Habituei-me a ver corpos e assistir a todos os procedimentos nos exames de necropsia. Aos poucos, no decorrer de um pouco mais do que a metade dos nove meses de trabalho sistemático de campo, considerava que eu havia me socializado com os corpos. Já parecia ter *naturalizado* aquela atividade. E, ao rememorar os cadáveres para narrá-los, sou capaz de construir mentalmente as imagens desses corpos. Se após minha “primeira impressão” no IML eu não tinha controle sobre as visões em minha mente, depois do trabalho de campo finalizado continuei não o tendo, só que em um sentido diferente. Se a princípio essas imagens eram exarcebadas, depois se tornaram quase nulas. Eu havia aprendido a ver corpos de pessoas mortas.

Além disso, compartilhar o mesmo espaço com corpos sem vida por um período de tempo construiu em mim uma capacidade de imaginar cadáveres. E, por mais que eu não consiga vê-los exatamente como os vi nos corredores e salas do IML, sou capaz de representar mentalmente o cadáver de qualquer pessoa e inclusive saber que os corpos sem vida que figuram em filmes e séries policiais, por exemplo, muito pouco têm a ver com o possível.

Cheiro: “experiência reveladora”

[...] as pessoas podiam fechar os olhos diante da grandeza, do assustador, da beleza, e podiam tapar os ouvidos diante da melodia ou de palavras sedutoras. Mas não podiam escapar ao aroma. Pois o aroma é um irmão da respiração - ele penetra nas pessoas, elas não podem escapar-lhe caso queiram viver. E bem para dentro delas é que vai o aroma, diretamente para o coração, distinguindo lá categoricamente entre atração e menosprezo, nojo e prazer, amor e ódio. Quem dominasse os odores dominaria o coração das pessoas. (SUSKIND, 1985).

Se, por um lado, eu já havia naturalizado o ver e o estar com os mortos e até estava *protegida* deles, por outro me encontrava plenamente vulnerável a sua presença. O repúdio e a curiosidade em relação ao IML não se dão apenas por essa via espiritual, em que o contato com os mortos é visto como algo perigoso. O cheiro daquele lugar também é tomado como um motivo para o distanciamento e evidência de sua impureza. É um dos principais motivos para o repúdio, mas também fator de curiosidade aos que não conhecem o local.

O sentir cheiro de carnes humanas em estado de putrefação – os chamados corpos podres – é considerado muito desagradável. E, ao mencionar o IML no Rio de Janeiro, muitas pessoas comentam que no *antigo* IML, cujo endereço é na Rua dos Inválidos no bairro da Lapa, o cheiro era tão forte e tão ruim que não só o prédio mas também seu entorno fediam a corpos putrefatos. No atual lugar, os corpos, em geral, não circulam no interior do prédio, tendo uma área anexa reservada e separada a eles. Foi por isso que, quando o cadáver de Lucilene⁸ foi aberto na sala dois do Setor de Necropsia, um grande incômodo se instalou, o *fedor* era muito forte, e ao perceber a intensidade daquele cheiro, eu passava ali por uma “experiência reveladora” em meu trabalho de campo.

Esqueceram essa mulher no hospital!, exclamou o perito ao constatar que o cadáver, com morte registrada no hospital às 18 horas, já estava em estado de putrefação às 21 horas. No interior do cadáver, *vísceras em putrefação* e estômago em *estado intermediário de putrefação* corroboravam com a hipótese do perito médico-legista: *Sacanagem! Ela tá podre!*

Quando saí da sala de necropsia e entrei na de digitação de laudos, a policial do setor virou-se e me disse: *Vixe, você tá fedendo!* Cheirei meu cabelo e minhas roupas em busca do fedor, e não encontrei. *Sério?! Você acha?*, e levei meu cabelo

para próximo ao nariz dela. *Ih, não é você, não! Você não foi lá fora?* Ela se referia ao outro exame que ia ser realizado na sala de necrópsias destinada a putrefatos. *Não, tava aqui mesmo*, respondi. *Não é possível! Esse cheiro é daqui, então?! Meu Deus! Neginho perde a noção*, espantou-se.

O forte cheiro do cadáver putrefato de Lucilene ocupou os corredores. O perito médico-legista entrou na sala de digitação de laudos. *Esse podrinho eu acho que vou indeterminar*, se referindo a *causa mortis* que iria declarar no *Laudo Médico-Legal* de Lucilene: *morte indeterminada por avançado estado de putrefação do cadáver*. Enquanto o médico-legista e a policial construíam o *Laudo*, e o técnico de cortes suturava o cadáver, funcionários da equipe de limpeza começavam o trabalho no corredor para amenizar o cheiro. Os produtos de limpeza utilizados eram tão densos, que dessa vez foi o cheiro da creolina que incomodou perito e policial. *Cacete, isso aqui não tem janela! Cês querem me matar?*, exclamou a policial.

O cheiro, ou fedor, era tema constante de conversa entre os funcionários do IML. Os serventes da empresa terceirizada de limpeza contavam que muitas pessoas, principalmente mulheres, não conseguiam trabalhar no Setor de Necrópsia porque passavam mal devido ao cheiro. *Ver morto a gente acostuma, mas o cheiro mexe com a gente diferente... nem sempre tem como controlar*, me explicou uma das serventes. Para ela, o *cheiro* é um daqueles sentidos cuja percepção atinge os sentimentos⁹.

Diferente do cadáver de Lucilene, durante a realização de necrópsias de corpos não-putrefatos, o odor é outro. Esse era descrito como sendo *cheiro de sangue, muito sangue misturado*. Há também o odor dos órgãos do sistema digestório e as substâncias presentes neles. Os cadáveres são *frescos*, mas os alimentos ingeridos horas antes de morrer, nem tanto. Assim, quando aberto o abdômen dos cadáveres, por

vezes o odor se assemelha ao de dejetos fecais; outras vezes, quando coletado o material do estômago, um forte cheiro similar ao de vômito era exalado. Cadáveres carbonizados também apresentam seu cheiro característico. Como carnes que passaram do ponto, o odor de um corpo humano queimado é percebido como um dos menos desagradáveis.

Já na *câmara frigorífica*, junto com o ar frio que sai desse congelador de corpos, chega o odor azedo de carne não tão fresca. O cheiro do Setor de Necrópsia, em geral, não é agradável, mas, para mim, também não era insuportável. Quanto mais me aproximava do fim do corredor, onde está a *câmara frigorífica*, percebia que menos agradável ficava o cheiro.

Pela percepção de diferentes odores, o olfato auxilia na leitura do corpo, permitindo identificar seu estado e condição. O olfato é a ferramenta que faz perceber os cheiros e ativa a memória dos que por aquelas salas e corredores circulam. O cheiro é uma das maneiras possíveis de percepção do meio ambiente e de expressão da existência do “organismo/pessoa” (INGOLD, 2000, p. 95). A elaboração dos aromas no corpo e na mente constitui um lugar determinado (CLASSEN, 1993) e, ao mesmo tempo, quando vinda dos corpos sem vida, mantém viva a presença dos mortos no mundo.

Além daquele dos corpos, outros odores habitam os corredores do IML. Metaforicamente, o *faro* é o “olfato dirigido” (RENOLDI, 2007a, p. 156) que torna os policiais capazes de perceber e intuir o mundo. No Instituto, o *faro policial* faz parte do denominado *tirar policial*, sendo usado como uma ferramenta de avaliação policial que constitui o saber dos policiais sobre o outro (KANT DE LIMA, 1995). Ele é ativado pelos odores que ocupam os corredores e são indicadores das práticas e dos momentos da rotina de trabalho. O cheiro permite que se visualizem coisas onde essas não estão

evidentes e que se identifiquem características nas pessoas, lugares e situações antecipadamente – “o *olfato* não é nem o ‘treinamento’, nem a ‘intuição’ em si, mas a complexa coexistência em movimento dessas habilidades, mais outras, talvez” (RENOLDI, 2007b, p. 62).

Aos que têm a habilidade do *faro*, o cheiro é ponto de referência nas relações de espaço e tempo, sendo um dos indicadores do ritmo social do IML. Isto é, permite perceber e identificar os diferentes odores que se espalham pelo ambiente. Gradativamente, no trabalho de campo, aprendi a perceber que o cheiro de café entre as 15 e 16 horas era indicativo da volta do horário de almoço, e do retorno, após o café, da realização de exames. Passei a identificar também que o cheiro de formol estava nos laboratórios que conservam órgãos e partes humanas; e que, na parte externa, vez ou outra o odor de madeira dos caixões da Santa Casa era encoberto pelo de fumaça que saía dos canos de descarga dos *rabecões*, dos carros funerários e dos veículos da Polícia Militar que entravam e saíam trazendo pessoas detidas para exames médico-legais. Diante de tantos aromas, cheiros, fedores e perfumes, o IML seria um paraíso olfativo a Grenouille¹⁰.

Estando aqui

Na Antropologia, a textualização dos fenômenos socioculturais observados a partir do “being there” (GEERTZ, 2009), da “capacidade de nos convencer de que o que eles (os antropólogos) dizem resulta de haverem realmente penetrado numa outra forma de vida” (GEERTZ, 2009, p. 15), se dá enquanto um processo de comunicação interpares e de conhecimento. É por meio de uma linguagem específica, o idioma da disciplina, que as categorias e os conceitos básicos constitutivos da antropologia se apresentam para a análise do que se viu, ouviu e sentiu.

O escrever se dá enquanto o momento, ou ato cognitivo, nesse processo de construção do conhecimento quando o olhar previamente orientado é refratado pela disciplina, e o ouvir atento e exercitado já foram realizados (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1998). A etnografia é, assim, a expressão do pensamento e da memória do antropólogo no “being here” sobre o “being there”. “Seja a etnografia o que mais for [...], ela é, acima de tudo, uma apresentação do real, uma verbalização da vitalidade.” (GEERTZ, 2009, p. 186). A etnografia é portanto, uma construção narrativa da experiência vivida pelo antropólogo com seus interlocutores. Para descrever os processos institucionais de construção de mortos, apresentei algumas de minhas interações com meus interlocutores durante o trabalho de campo, destacando as experiências pelas quais passei ao elaborar essa etnografia.

A etnografia como experiência

Identificar as sensações que percebia durante o trabalho de campo fez parte de um processo que me permitiu obter “uma experiência”, no sentido apresentado por Dilthey e discutido por Turner (2005)¹¹. Ao se referir à origem da palavra *experiência*, Turner demonstra que ela se refere tanto a uma passagem, no sentido de passar por algo, o que denota um rito; quanto a um experimento, um perigo em relação a algo que põe o passante diante do risco do desconhecido.

Nessa perspectiva, ser antropóloga num espaço de construção da morte foi um experimento tanto quanto uma passagem. Para alguns, um risco junto aos mortos. Para mim, um rito junto aos vivos. Realizar o trabalho de campo, esse rito de passagem (DA MATTA, 1981), é necessário antropologicamente e implica a possibilidade de redescobrir formas de relacionamento social. Foi no IML, a

instituição que consolida a linha de separação entre mortos e vivos, que me apresentei para tal rito da experiência antropológica do trabalho de campo. Lá estabeleci novas relações sociais e explorei minhas capacidades de percepção e compreensão sobre um meio ambiente desconhecido, sobre um mundo ocupado pelos vivos, mas que é representado como sendo dos mortos. E foi a imersão nesse universo social, o distanciamento das minhas próprias relações sociais para a constituição de outras, novas, que me permitiram passar pelas experiências que aqui descrevi e analisei sob o ponto de vista etnográfico.

Portanto, a reflexão sobre esses sentidos e sensações faz parte de um processo que me permitiu obter “a experiência etnográfica”. Realizar uma etnografia num espaço de construção dos mortos foi o experimento que me possibilitou passar pelo que é denominado rito de passagem do trabalho de campo, e me construir como antropóloga. Logo, foi na instituição que consolida a linha de separação entre mortos e vivos que eu mesma passei pelo rito antropológico do trabalho de campo.

Para concluir, quero destacar que nos dois sentidos aqui apresentados – o olfato e a visão – os mortos eram mediadores das relações entre vivos no tempo e no espaço. Em ambos os casos, seja pela “primeira impressão”, seja pela “experiência reveladora”, uma forma específica de estar em contato com os mortos direcionava a vida de meus interlocutores e, por consequência, a minha. Em ambas eram consideradas razões externas e particulares de relação com os mortos – que têm sua face negativa quer pelo contágio, quer pelo incômodo. A experiência de convívio cotidiano com corpos sem vida me permitiu compreender como os mortos são construídos institucionalmente e me levou a refletir sobre o distanciamento e a evitação, a impureza e o perigo que há em relação à morte e, por consequência, em relação aos mortos.

Notas

1. Realizei nove meses de trabalho de campo nesta instituição, em pesquisa que resultou na etnografia apresentada em minha dissertação de mestrado em Antropologia, intitulada “Matar os mortos: a construção institucional de mortos no Instituto Médico-Legal do Rio de Janeiro”, orientada pelo Prof. Roberto Kant de Lima e coorientada pela Dra. Lucía Eilbaum. A etnografia foi defendida em abril de 2012 no Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense.
2. A partir daqui, identificado ao longo do texto pela sigla IML.
3. Ao longo do texto, apresentarei categorias nativas em *itálico*. As categorias analíticas estão entre aspas.
4. Redimo-me aqui de qualquer autorreferência ao “nós, ocidental” construído por Mary Douglas. Ao contrário, suponho que, na perspectiva dessa autora, estou (enquanto antropóloga brasileira) muito mais próxima da noção “primitivos” do que dos “ocidentais” ou dos “modernos”.
5. Já havia visto os mortos em ocasião de outra pesquisa, quando fiz trabalho de campo na emergência de um hospital público em Niterói/RJ. Essa pesquisa resultou em minha monografia de conclusão de curso de bacharelado em Ciências Sociais, na Universidade Federal Fluminense, sob orientação do Professor Dr. Roberto Kant de Lima (cf. MEDEIROS, 2009, 2011).
6. Equipamento de Proteção Individual. Composto por luvas, touca, máscara e avental.
7. Sobre a possibilidade de contaminação biológica e as noções de contágio moral e risco no IML, ver PESCAROLO, 2007.
8. Nome fictício.
9. Outros antropólogos que também passaram pela experiência de trabalho de campo em um IML destacam essa dimensão: “Num primeiro momento pensei que o termo ‘podrão’ (ou ‘podre’, frequentemente utilizado) fosse alguma espécie de chiste utilizado pelos funcionários do IML para se referir a determinados

corpos, notadamente aqueles em estado avançado de decomposição. Rapidamente, porém, descobriria que o termo é mais denotativo que conotativo, e que a partícula aumentativa não faz, nem de longe, jus ao odor que corpos nessas condições exalam. Lembro-me de que meu primeiro pensamento ao adentrar o necrotério naquela tarde foi o medo de vomitar logo no início do trabalho de campo; enquanto o segundo foi que não há descrição densa capaz de descrever a densidade do cheiro de um corpo humano em estado avançado de putrefação. O máximo que posso dizer a respeito é que se trata de um odor impregnante, algo que *fica*, algo diante do qual se respira com todo o corpo, como se todo o corpo fosse olfato. Pode-se aprender a conviver com esse odor, mas é impossível ignorá-lo.” (ARLEY, 2012, p. 21).

10. Jean-Baptiste Grenouille é o personagem principal do livro alemão *O perfume*, de Patrick Süskind. Grenouille é um jovem francês nascido no século XVIII que não exalava cheiro algum e que, ao mesmo tempo, apresentava olfato extremamente desenvolvido, capaz de identificar odores por mais longe que estivessem e armazená-los todos em sua memória. Em busca do odor humano perfeito, Grenouille torna-se um assassino em série e um grande perfumista com técnicas e acervo de odores únicos. Ao alcançar o perfume ideal e perfumar-se com ele, torna-se o principal e único prato de um banquete canibal em praça pública.
11. Sobre a origem da palavra experiência, Turner afirma: “ensaiei uma etimologia da palavra inglesa ‘experience’, derivando-a da base indoeuropéia *per-, ‘tentar, aventurar-se, arriscar’ – podemos ver como seu duplo, ‘drama’, do grego dran, ‘fazer’, espelha culturalmente o ‘perigo’ etimologicamente implicado na palavra ‘experiência’. O cognato germânico de per relaciona experiência com ‘passagem’, ‘medo’ e ‘transporte’, porque p torna-se f na Lei de Grimm. O grego perão relaciona experiência a ‘passar através’”, com implicações em ritos de passagem. Em grego e latim, experiência associa-se a perigo, pirata e experimento”. (TURNER, 2005, p. 178)

Referências bibliográficas

- ARIÉS, Philippe. *Sobre a história da morte no Ocidente desde a Idade Média*. Lisboa: Teorema, 1989a.
- _____. *O homem diante da morte*. Trad. Luiza Ribeiro. Rio de Janeiro: Francisco Alves, v.1. 1989b.
- ARLEY, Patrick. *Corpos sem nome, nomes sem corpos: Desconhecidos, desaparecidos e a constituição da pessoa*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia. Belo Horizonte: UFMG, 2012.
- BUBANDT, Nils. The Odour of Things: Smell and the Cultural Elaboration of Disgust in Eastern Indonesia. In: *Ethnos*, v. 63. Routledge, 1998, p.48-80.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir e escrever. In: _____. *O trabalho do antropólogo*. São Paulo: UNESP, 1998.
- CLASSEN, Constance. *Worlds of Sense: Exploring the Senses in History and Across Cultures*. Londres e Nova York: Routledge, 1993.
- DA MATTA, Roberto. O trabalho de campo como rito de passagem. In: _____. *Relativizando: uma introdução à Antropologia Social*. Petrópolis, Vozes. 1981.
- DOUGLAS, Mary. *Pureza e Perigo*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2010.
- FAVRET-SAADA, Jeanne. Ser Afetado. In: *Cadernos de Campo*, n. 13. São Paulo: FFLCH/USP, 2005, p.155-161.
- GEERTZ, Clifford. *Obras e Vidas: o antropólogo como autor*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.
- HOWES, David. *Empire of the Senses: The Sensual Culture Reader*. Oxford e Nova York: Ed. Berg, 2004.
- INGOLD, Tim. *The perception of the environment, essays on livelihood, dwelling and skills*. Londres e Nova York: Routledge, 2000.
- KANT DE LIMA. *A Polícia da Cidade do Rio de Janeiro: seus dilemas e paradoxos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. Forense, 1995.
- MAGNANI, José G. C. Etnografia como Prática e Experiência. In: *Horizontes Antropológicos*, UFRGS/IFCH. Ano 15, n. 32, 2009. Porto Alegre: PPGAS, 2009, p. 129-156.

- MEDEIROS, Flavia. *Matar os mortos: a construção institucional de cadáveres no Instituto Médico-Legal do Rio de Janeiro*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia. Niterói: UFF, 2012.
- _____. *Policiais no hospital: práticas, registros e disputas*. Monografia de Conclusão. Faculdade de Ciências Sociais, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Niterói: UFF, 2009.
- _____. *Policiais no hospital: práticas, disputas e seus efeitos*. In: Kant de Lima, R.; Eilbaum, L.; Pires, L. (orgs.). *Burocracias, direitos e conflitos: pesquisas comparadas em antropologia do direito*. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.
- OVERING, Joanna. O fétido odor da morte e os aromas da vida: poética dos saberes e processo sensorial entre os Piaroa da bacia do Orinoco. In: Rev. Antropol. [online], v.49, n.1, pp. 19-54, 2006.
- PESCAROLO, Joyce K. *Morte, racionalização e contágio moral: um estudo sobre o Instituto Médico Legal de Curitiba*. Dissertação de Mestrado. Departamento de Sociologia. Curitiba: Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, UFPR, 2007.
- RENOLDI, Brígida. El Olfato. Destrezas, experiencias y situaciones en un ambiente de controles de Fronteras. In: *Anuario de Antropología 2006*, IDES, Editorial Antropofagia: Buenos Aires, 2007a.
- _____. *Os Vãos Esquecidos: Experiências de Investigação, Julgamento e Narcotráfico na fronteira argentino-paraguaia*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007b.
- RODRIGUES, José C. *O tabu da morte*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.
- SAHLINS, Marshall. *Ilhas de História*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.
- SUSKIND, Patrick. *O perfume: história de um assassino*. Editorial Presença, 1985.
- TURNER, Victor. Dewey, Dilthey e drama: um ensaio em antropologia da experiência. In: *Cadernos de Campo*, n. 13, São Paulo: PPGAS, USP, 2005.
- _____. *Dramas sociais e metáforas rituais*. In: _____. *Dramas, campos e metáforas: ação simbólica na sociedade humana*. Niterói: Eduff, 2008.
- VIVEIROS DE CASTRO. *A inconstância da alma selvagem*. Rio de Janeiro: Cosac & Naify, 2002.

autora **Flavia Medeiros**

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal Fluminense (PPGA/UFF).

Recebido em 05/05/2014

Aceito para publicação em 01/12/2014